



ALFA ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.

C.N.P.J. 46.570.800/0001-49
SEDE: AV. PAULISTA, 2.150, 17º ANDAR - SÃO PAULO-SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ouvvidoria: 0800-7220140

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Alfa Arrendamento Mercantil S.A. ("Companhia") relativos ao período findo em 31 de dezembro de 2024, bem como o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis. **CONJUNTURA ECONÔMICA:** A atividade econômica brasileira continuou em expansão no segundo semestre de 2024, beneficiada pelo crescimento da demanda doméstica. A balança comercial acumulou superávit de US\$ 75 bilhões no ano passado, o segundo melhor resultado da série histórica, mas incertezas externas e domésticas contribuíram para a desvalorização da nossa moeda. O IPCA acumulado em doze meses ficou próximo de 4,9% em 2024. Nesse ambiente, o Banco Central iniciou um ciclo de aumento da taxa básica de juros em setembro e levou a taxa Selic para 12,25% a.a. em dezembro, reafirmando o compromisso de convergência da inflação à meta no horizonte relevante. **DESEMPENHO:** Em 31 de dezembro de 2024, os ativos da Companhia totalizaram R\$ 640.091 mil e o patrimônio líquido atingiu R\$ 347.354 mil. No exercício de 2024 o prejuízo foi de R\$ 22.673 mil. As operações de arrendamento mercantil totalizaram R\$ 361.600 mil em 31 de dezembro de 2024, as aplicações interfinanceiras de liquidez totalizaram R\$ 204.420 mil e a carteira de títulos e valores mobiliários totalizou R\$ 3.701 mil. Os recursos captados totalizaram ao final do período o montante de R\$ 189.124 mil, representados por depósitos interfinanceiros e recursos de ações e emissão de títulos.

São Paulo, 25 de março de 2025

A DIRETORIA

BALANÇO PATRIMONIAL Para os Períodos Findos em 31 de Dezembro - Em Milhares de Reais

	Nota 31.12.2024	31.12.2023		Nota 31.12.2024	31.12.2023	
Ativo			Passivo			
Disponibilidades	4.156	2.680	Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	189.124	1.079.214	
Instrumentos Financeiros	208.121	917.888	Depósitos Interfinanceiros	10	88.090	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	204.420	10	88.090	607.638	
Títulos e Valores Mobiliários	6	3.701	3.338	101.034	471.576	
Operações de Arrendamento Mercantil	7(a)	361.600	528.789	Provisões	77.067	8.912
Provisões para perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	7(b)	(18.345)	(4.994)	Contingências Tributárias, Trabalhistas e Cíveis	11	77.067
Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos	(109)	(109)	8.912	Outros Passivos	12	13.038
Outros Ativos	8	39.786	38.194	Obrigações Fiscais Diferidas	9(b)	13.508
Créditos Tributários	9(b)	44.800	22.139	Patrimônio Líquido	347.354	370.027
Imobilizado de Uso		382	396	Capital Social	13(a)	185.014
Intangível		57	410	Reservas de Lucros	13(c)	162.340
Depreciações e Amortizações		(357)	(669)	Passivo Total	640.091	1.504.725
Ativo Total	640.091	1.504.725				

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Para os Períodos Findos em 31 de Dezembro - Em Milhares de Reais

	Capital	Reservas de Lucros	Lucro/(Prejuízo) Acumulado	Total
Saldos em 1º de Janeiro de 2023	178.300	170.889	27.329	349.169
Lucro líquido do período	-	-	27.329	27.329
Destinações:	-	-	-	-
Reservas	-	20.838	(20.838)	-
Dividendos	-	-	(6.491)	(6.491)
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	178.300	191.727	370.027	370.027
Mutações do Patrimônio Líquido		20.838	20.838	20.838
Saldos em 1º de Janeiro de 2024	178.300	191.727	370.027	370.027
Aumento de capital	6.714	(6.714)	-	-
Prejuízo do período	-	-	(22.673)	(22.673)
Destinações:	-	-	-	-
Reservas	-	(22.673)	22.673	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	185.014	162.340	347.354	347.354
Mutações do Patrimônio Líquido	6.714	(29.387)	(22.673)	(45.346)
Prejuízo do período	185.014	185.013	(6.660)	185.013
Destinações:	-	-	(16.013)	(16.013)
Reservas	-	(22.673)	22.673	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	185.014	162.340	347.354	347.354
Mutações do Patrimônio Líquido	-	22.673	(6.660)	16.013

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em Milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A Alfa Arrendamento Mercantil S.A., (denominada "Companhia" e/ou "Alfa"), sediada na Avenida Paulista, 2.150, 17º andar, São Paulo - SP, CEP 01310-200, Brasil, é uma sociedade anônima, que tem como objeto social a prática de operações de arrendamento mercantil.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
a) **Apresentação das Demonstrações Contábeis:** As Demonstrações Contábeis da Alfa Arrendamento Mercantil S.A., autorizadas pela Diretoria para emissão em 25.03.2025, foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com as disposições da Lei 6.404/1976 (Lei das S.A.) e respectivas alterações trazidas pelas Leis 11.639/2007 e 11.941/2009, associadas aos normativos expedidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN), no que forem aplicáveis. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam de forma integrada no mercado financeiro, e certas operações têm a participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. **b) Evento societário:** Em novembro de 2022, o Banco Safra e a Administradora Fortaleza firmaram acordo para aquisição da totalidade das ações que a Administradora Fortaleza possuía nas entidades do Conglomerado Alfa, que atuam nos segmentos de crédito a pessoas jurídicas e físicas, *private banking*, *wealth management*, *asset management*, *investment banking* e seguros. O fechamento da operação ocorreu em 10.10.2023, passando o Banco Safra a ser controlador do Conglomerado Alfa. **c) Novas normas emitidas pelo BACEN com vigência futura:** I. As Res. CMN 4.968/2021 e Res. BCB 352/2023 estabelecem conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das aplicações de proteção (contabilidade de *hedge*) contra entrada em vigor a partir de 01.01.2025, com exceção à contabilidade de *hedge* que entrará em vigor em 01.01.2027, conforme determinação da Res. CMN 5.100/2023, destacando-se: (i) Classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros; (ii) Reconhecimento de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; (iii) Atualização dos instrumentos financeiros por meio da taxa efetiva de juros contratual ("TJE"); e (iv) Interrupção do reconhecimento de juros para instrumentos financeiros ativos em atraso (Stop accrual). Cabe destacar que, de acordo com o art. 7º da Res. CMN 4.966/2021, os critérios contábeis estabelecidos são aplicados de forma prospectiva às Demonstrações Contábeis a partir de 01.01.2025. Portanto, os saldos referentes aos períodos findos de 2024 não são ajustados e não requerem republicação, de modo que os efeitos da adoção inicial são contabilizados em conta específica no Patrimônio Líquido em 01.01.2025. (i) Classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros. A classificação dos instrumentos financeiros segundo a Res. CMN 4.966/2021 é realizada em função dos Modelos de Negócios adotados pela Administração. O uso de Modelos de Negócios é a maneira como o Conglomerado Safra, ao qual o Alfa pertence, realiza a gestão de seus ativos financeiros para geração de fluxo de caixa e consideração dos riscos envolvidos. Cada Modelo de Negócios determina, entre outros, se os fluxos de caixa resultarão da coleta de fluxos de caixa contratuais, da venda de ativos financeiros ou de ambos. Dessa forma, após definido os Modelos de Negócios, os instrumentos financeiros são classificados tanto em função de cada modelo adotado pela Administração para a sua gestão, assim como as características esperadas dos fluxos de caixa contratuais, com o intuito de verificar se há obtenção do critério de recebimento de somente do valor principal acrescido de juros. Essa verificação é dada por meio do Teste de "Somente Pagamento de Principal e Juros" (SPPJ). Com isso, os ativos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias: a. Custo Amortizado ("CA"): utilizada quando os ativos financeiros são gerenciados com o intuito de obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros. b. Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA"): categoria utilizada quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para venda. c. Valor Justo por Meio do Resultado ("VJR"): utilizada quando a intenção for a de negociar frequentemente os ativos com o objetivo de obter resultados *ou* quando os ativos não passam no Teste SPPJ. Os passivos financeiros, segundo a Res. CMN 4.966/2021, devem ser classificados ao Custo Amortizado com exceção a derivativos e passivos que envolvam empréstimo ou aluguel de ações, os quais devem ser classificados como VJR. (ii) Reconhecimento de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: A Resolução CMN 4.966/21, que substituiu a Res. CMN 2.682/1999, determina um novo modelo para cálculo de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito das operações, a partir de uma classificação em três estágios que deve ser aplicada desde o reconhecimento inicial do instrumento financeiro conforme a seguir: Estágio 1 - operações com baixo risco de crédito ou atraso inferior a 30 dias; Estágio 2 - operações com aumento significativo de risco de crédito ou atraso entre 31 e 90 dias; e Estágio 3 - operações classificadas como ativo problemático ou atraso superior a 90 dias. A Res. CMN 4.966/2021 permite às instituições a constituição de provisões adicionais conforme decisão da Administração. O cálculo da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito é dado pelo produto dos fatores PD (*Probability of Default*), LGD (*Loss Given Default*) e EAD (*Exposure at Default*), considerando os valores mínimos estipulados pelo BCB nas cartéis de ativos classificadas entre C1 a C5. (iii) Atualização dos instrumentos financeiros por meio da taxa efetiva de juros contratual ("TJE"). Com a vigência da Res. CMN 4.966/2021, o Alfa passa a reconhecer seus instrumentos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado com base no denominado método da Taxa Efetiva de Juros ("TJE") que equaliza o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou do passivo financeiro ao seu valor contábil bruto. Destaca-se, entretanto, que os créditos originados até 31.12.2024 continuarão a ser reconhecidos pela taxa pactuada estipulada nos respectivos contratos. (iv) Interrupção do reconhecimento de juros para instrumentos financeiros ativos em atraso (Stop Accrual). A Resolução CMN nº 4.966/2021, atualizada pela Res. CMN 5.146/2024, em seu Art. 3º, define que um instrumento financeiro se caracteriza como problemático quando houver atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal ou de encargos (regra geral) ou quando ocorrer indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais, mesmo em atraso inferior a 90 (noventa) dias (regra específica). Cabe destacar a vedação normativa em reconhecer qualquer receita ainda não recebida relacionada a ativos problemáticos (Stop Accrual). O Stop Accrual aplicado até a vigência da Res. CMN 2.682/1999, era de 60 (sessenta) dias de atraso (regra geral), passando para 90 (noventa) dias de atraso, com a entrada em vigor da Resolução CMN 4.966/2021, com a adoção de forma prospectiva, ou seja, operações existentes em 31.12.2024 que já se encontravam em Stop Accrual, mesmo com menos de 90 (noventa) dias de atraso, permanecerão em Stop Accrual a partir de 01.01.2025, exceto as operações em atraso de 4.966/2021 no Patrimônio Líquido. II. Resolução CMN 4.975/2021: Estabelece os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e aprova, por sua vez, o pronunciamento CPC 06 (R2) - Arrendamentos adotando o conceito de direito de uso do ativo e passivo de arrendamento. Com base nesta definição, as operações de arrendamento mercantil operacional devem ser reconhecidas no balanço do arrendatário como um ativo de direito de uso em contrapartida a um passivo de arrendamento. A norma é uma das medidas de convergência do BCB aos padrões internacionais de contabilidade (IFRS), com entrada em vigor em 01.01.2025. As principais alterações em relação ao normativo anterior aplicadas aos arrendatários são: (i) não há mais a classificação em arrendamento operacional e financeiro; e (ii) todas as operações de arrendamento devem ser reconhecidas como ativo de direito de uso em contrapartida a um passivo de arrendamento e às despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e às despesas de depreciação do ativo de direito de uso não reconhecidas separadamente. O Alfa, em operações em que é arrendatário, passará a reconhecer a partir de 01.01.2025 os ativos classificados como de direito de uso além de suas respectivas depreciações e juros sobre as obrigações oriundas de operações de arrendamento. Não houve impacto na adoção da Res. CMN 4.975/2021 no Patrimônio Líquido. III. Resolução CMN 5.185/2024: Altera a Resolução CMN 4.818/2020 e determina a elaboração e divulgação, como parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas anuais, o relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, adotando os pronunciamentos técnicos do Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS) CBPS 01 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e CBPS 02 - Divulgações Relacionadas ao Clima a partir do exercício de 2026. A Resolução CMN 5.185/2024 entra em vigor a partir de 01.01.2025. **d) Moeda funcional:** Os itens incluídos nas Demonstrações Contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("moeda funcional"). As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Companhia.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
Seguem abaixo as principais práticas contábeis aplicadas na preparação das Demonstrações Contábeis: **a) Fluxo de caixa:** I. Caixa e equivalentes de caixa: são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, considerados na rubrica de "Disponibilidades" e "Aplicações no mercado aberto", "Aplicações em depósitos interfinanceiros", com prazo original de aplicação de até 90 dias, sendo o risco de mudança no valor justo destes considerado imaterial. Os equivalentes de caixa são aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender os compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. II. Demonstração do Fluxo de Caixa: é elaborada com base nos critérios estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Resolução CMN 4.818/2020, que prevê a apresentação dos fluxos de caixa gerados pela entidade como aqueles decorrentes de atividades operacionais, de investimento e de financiamento, sendo que: O efeito das mudanças nas taxas de câmbio e do custo de aquisição de caixa é apresentado conforme o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) em uma rubrica intitulada "Variação cambial sobre caixa e equivalente de caixa", separadamente dos fluxos de caixa das atividades operacionais, de investimento e de financiamento, de forma a conciliar o caixa e equivalentes a caixa do começo e do final do período de reporte. Os fluxos de caixa das atividades operacionais são apresentados pelo método indireto. Já os fluxos de caixa das atividades de investimento e de financiamento são apresentados com base nos pagamentos e recebimentos brutos. **b) Instrumentos financeiros:** I. Classificação: A classificação dos ativos financeiros por Alfa se dá nas seguintes categorias: • Empréstimos e recebíveis; • Títulos e valores mobiliários para negociação; • Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda; e • Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento. Os ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis são apresentados na rubrica de carteira de crédito e outros ativos financeiros do Balanço Patrimonial. São mensurados pelo seu custo amortizado, exceto se tais ativos financeiros tiverem um certo destino como objeto de *hedge* de risco de mercado. Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria negociação são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, e são mensurados pelo seu valor justo em contrapartida ao resultado do período. Os títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda são aqueles que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento, e são mensurados pelo valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes, exceto se tais ativos financeiros tiverem sido designados como objeto de *hedge* de risco de mercado. Os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento são aqueles para os quais a Companhia tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até seu vencimento. São mensurados pelo custo amortizado. As variações negativas no valor justo dos títulos e valores mobiliários, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidas no resultado como perdas realizadas. A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO Para os Períodos Findos em 31 de Dezembro Em Milhares de Reais

	2024	2023	
	Nota 2º Semestre	Acumulado	Acumulado
Receitas da Intermediação Financeira	58.124	135.587	205.723
Operações de Arrendamento Mercantil	7(f)	34.078	72.752
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários	6(c)	24.046	62.835
Despesas da Intermediação Financeira	(40.729)	(88.667)	(138.914)
Operações de Captação no Mercado	(28.022)	(75.316)	(139.503)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	7(e)	(12.707)	(13.351)
Resultado da Intermediação Financeira	17.395	46.920	66.809
Outras Receitas Operacionais	3.488	5.746	3.701
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias		9	36
Outras Receitas Operacionais	15(a)	3.479	5.710
Principais Despesas Operacionais	(9.721)	(19.110)	(20.649)
Despesas de Pessoal	(1.790)	(3.560)	(4.126)
Despesas Administrativas	15(b)	(2.634)	(4.847)
Despesas Tributárias	(4.069)	(8.378)	(9.095)
Outras Despesas Operacionais	15(c)	(1.228)	(2.325)
DESPESAS DE PROVISÕES	(39.324)	(70.356)	(3.595)
Provisões com Contingências Tributárias, Trabalhistas e Cíveis	(39.324)	(70.356)	(3.595)
Resultado Operacional	(28.162)	(36.800)	46.266
Outras Receitas e Despesas não Operacionais	(28.162)	(36.795)	46.266
Resultado Antes dos Tributos e Participações	(28.162)	(36.795)	46.266
Tributos e Participações Sobre o Lucro	12.149	14.122	(18.939)
Imposto de renda e contribuição social	9(a)	12.215	14.311
Provisão para Imposto de Renda	(225)	(1.426)	(13.566)
Provisão para Contribuição Social	(3.477)	(6.925)	(5.857)
Ativo Fiscal Diferido	15.917	22.662	1.019
Participação nos lucros	(66)	(189)	(535)
Empregados	(66)	(189)	(535)
(Prejuízo)/Lucro Líquido	(16.013)	(22.673)	27.329
(Prejuízo)/Lucro Líquido por Ações - RS	(781.69)	(1.106.81)	1.334.09

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE Para os Períodos Findos em 31 de Dezembro Em Milhares de Reais

	2024	2023	
	2º Semestre	Acumulado	Acumulado
(Prejuízo)/Lucro Líquido do Período	(16.013)	(22.673)	27.329
Total de Resultados Abrangentes	(16.013)	(22.673)	27.329

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA Para os Períodos Findos em 31 de Dezembro Em Milhares de Reais

	2024	2023		
	Nota 2º Semestre	Acumulado	Acumulado	
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais				
Resultado Operacional Ajustado	20.457	41.197	46.121	
Resultado Operacional antes da Tributação	(28.228)	(36.984)	45.733	
- Lucro/(Prejuízo) do Período	(16.013)	(22.673)	27.329	
- Ajuste de Provisão para Impostos sobre o Lucro Corrente e Diferido	(12.215)	(14.311)	18.404	
Ajustes ao Lucro Operacional:	48.685	78.181	388	
- Depreciações e Amortizações	15(b)	28	56	
- Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	7(e)	12.707	13.351	
- Provisões para Passivos Contingentes	11	37.397	68.430	
- Atualização de Depósitos Judiciais	(1.447)	(3.656)	(2.014)	
Aumento/(Redução) dos Ativos Operacionais	139.382	168.891	180.357	
Títulos e Valores Mobiliários	(187)	(363)	(384)	
Operações de Arrendamento Mercantil	132.205	167.189	176.561	
Outros Ativos	6.769	2.065	4.180	
Aumento/(Redução) dos Passivos Operacionais	(692.119)	(915.708)	(116.322)	
Depósitos Interfinanceiros	(342.362)	(519.548)	(178.931)	
Recursos de Ações e Emissão de Títulos	(302.220)	(370.542)	68.896	
Outras Obrigações	(34.787)	(3.726)	1.174	
Contingências Tributárias, Trabalhista e Cíveis	(161)	(275)	(2.505)	
Pagamentos de Imposto de Renda e Contribuição Social	(12.589)	(21.617)	(4.956)	
Caixa Líquido Proveniente de/(Aplicado em) Atividades Operacionais	(532.280)	(705.620)	110.156	
Atividades de Investimentos				
Aplicações no Intangível	-	-	(6)	
Alienação de Imobilizados de Uso	-	-	4	
Caixa Líquido Proveniente de/(Aplicado em) Atividades de Investimento			(2)	
Atividades de Financiamentos				
Dividendos Pagos	-	(3.034)	(7.703)	
Caixa Líquido Proveniente de/(Aplicado em) Atividades de Financiamento			(3.034)	
Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes	(532.280)	(708.654)	102.451	
Caixa e Equivalentes no Início do Período	740.856	917.230	814.779	
Caixa e Equivalentes no Final do Período	208.576	208.576	917.230	
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes	16	(532.280)	(708.654)	102.451

pelo sindicato da categoria. Adicionalmente, o Alfa não possui remuneração baseada em ações para o seu pessoal-chave e empregados. II. Benefícios rescisórios: Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o contrato de trabalho é rescindido antes da data normal de aposentadoria. O Alfa disponibiliza assistência médica aos seus funcionários, conforme estabelecido pelo sindicato da categoria, como forma de benefícios rescisórios. III. Participação nos lucros e resultados: O Alfa reconhece uma provisão para pagamento e uma despesa de participação nos resultados (apresentada na rubrica "Despesas de pessoa" na Demonstração do Resultado) com base em cálculo que considera o lucro após certos ajustes. O Alfa reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada. **h) Tributos:** Calculados às alíquotas abaixo demonstradas, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

	PIS	COFINS	ISS
Imposto de renda	25%	15%	0,65%
Contribuição Social		4%	Até 5%

Instituições financeiras
I Inclui alíquota adicional de 10%.

Os tributos são reconhecidos na Demonstração do Resultado, exceto quando se referem a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os tributos diferidos, representados pelos créditos tributários e pelas obrigações fiscais diferidas, são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis das Demonstrações Contábeis, sobre os prejuízos fiscais e base negativa acumuladas. Os tributos diferidos decorrem principalmente da avaliação ao valor justo de certos ativos e passivos financeiros, incluindo contratos de derivativos, provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, e provisões para risco de crédito, e são reconhecidos apenas quando todos os requisitos para sua constituição são atendidos. Os tributos relacionados com ajustes ao valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos em contrapartida com o respectivo ajuste no patrimônio líquido e subsequentemente são reconhecidos no resultado pela realização dos ganhos e perdas dos respectivos ativos financeiros. **i) Lucro por ação:** O lucro por ação básico é calculado dividindo o lucro líquido atribuível aos acionistas do Alfa pela média ponderada das ações em circulação durante o período de divulgação, excluindo a quantidade média das ações ordinárias compradas pelo Alfa e mantidas em tesouraria. O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há ações com potencial efeito diluidor. **j) Patrimônio líquido:** I. Dividendos: A distribuição de dividendos aos acionistas do Alfa é reconhecida como um passivo nas Demonstrações Contábeis, ao final do exercício, com base no estatuto social, para os dividendos mínimos obrigatórios não definidos. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas. A base de cálculo desses dividendos é o resultado apurado pelas normas brasileiras normalizadas pelo Banco Central do Brasil e o Conselho Monetário Nacional. II. Reservas realizadas: A reserva de lucros é constituída com base no lucro líquido não distribuído após todas as destinações legais, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral. O estatuto social prevê a destinação dos lucros após o encerramento do exercício (31 de dezembro de cada ano), após as deduções e provisões legais. Destina-se: a) 5% do lucro líquido à reserva legal, deixando tal destinação de ser obrigatória assim que a referida reserva atingir 20% do capital; b) as importâncias que, legalmente, puderem ser destinadas à reserva para contingência; c) o saldo, após a destinação da quota para pagamento dos dividendos, se houver, terá o destino que, por proposta da Diretoria, for deliberado pela Assembleia Geral, sendo: i) até 90% à reserva para aumento de capital, até atingir o limite de 80% do capital social; e ii) o remanescente à reserva especial para dividendos, até atingir 20% do capital social. **k) Resultado Recorrente/não Recorrente:** As políticas internas da Companhia consideram como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos *ou* não, das operações realizadas de acordo com o objeto social da Companhia previsto em seu Estatuto Social. Além disto, a Administração da Companhia considera como não recorrentes os resultados sem previsibilidade de ocorrência nos próximos anos. Em 2024 a Companhia efetuou mudanças de estimativas contábeis seguindo as mesmas do controlador, gerando assim eventos não recorrentes. Apresentamos abaixo os efeitos dos eventos não recorrentes conforme disposto no artigo 34 da Resolução BCB nº 02/2020.

Prejuízo do período	(22.673)
(-) Resultado não recorrente	40.050
Perdas esperadas ao risco de crédito	11.614
Perdas para risco fiscal	28.859
Provisão trabalhista	296
Contingência fiscal cível	23.616
Efeito tributário - IFR/CSLL	(24.335)
Resultado recorrente	17.377

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS
As Demonstrações Contábeis são influenciadas pelas políticas contábeis, premissas, estimativas e julgamentos do Alfa. As estimativas e premissas que impactam as informações contábeis são aplicadas de forma consistente ao longo do tempo. Eventuais mudanças na aplicação das estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente. As estimativas e premissas utilizadas são aquelas que o Alfa julga serem as melhores disponíveis e estão de acordo com as normas contábeis aplicáveis. Estimativas e julgamentos são continuamente avaliados pelo Alfa, com base nas experiências passadas, novas evidências e outros fatores, incluindo expectativas que consideram eventos futuros. **a) Perdas e ajustes ao valor recuperável para risco de crédito:** A preparação das Demonstrações Contábeis exige que o Alfa efetue certas estimativas e adote premissas no melhor do seu julgamento, que afetam os montantes das provisões para perdas e ajustes ao valor recuperável para risco de crédito. **b) Valor justo de instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo no Balanço Patrimonial incluem principalmente ativos financeiros classificados na categoria negociação. Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado, com destaque às operações de arrendamento mercantil, tem seu valor justo correspondente divulgado nas Demonstrações Contábeis. O valor justo dos instrumentos financeiros é apurado com base no preço que seria recebido para vender um ativo ou pagar para transferir um passivo em uma transação realizada entre participantes independentes na data da mensuração, sem favorecimento. Há diferentes níveis de dados que devem ser usados para mensurar o valor justo dos instrumentos financeiros: os dados observáveis que refletem os preços cotados de ativos ou passivos nos mercados ativos (nível 1), os dados que são direta ou indiretamente observáveis relevantes como ativos ou passivos semelhantes (nível 2), ativos ou passivos idênticos em mercados



ALFA ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.

C.N.P.J. 46.570.800/0001-49
SEDE: AV. PAULISTA, 2.150, 17º ANDAR - SÃO PAULO-SP

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em Milhares de Reais)

custo de liquidação de posições. Os ajustes apurados foram reconhecidos no resultado nas Demonstrações Contábeis. c) Provisões para contingências: São reconhecidas quando, com base na opinião de assessores jurídicos e do Alfa, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. O montante discutido é quantificado, provisionado e atualizado mensalmente, quando aplicável. Os valores de eventual liquidação podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas, ressaltando que em alguns casos existem depósitos judiciais. d) Imposto de renda e contribuição social diferido: Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando existe uma forte expectativa de sua utilização através da geração de resultados tributáveis. Tal expectativa se baseia em estudos que envolvem julgamento da Administração quanto à projeção de geração de resultados tributáveis e outras variáveis.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUEZ

A Companhia possui Certificados de Depósitos Interfinanceiros com empresas do Conglomerado Alfa no montante total de R\$ 204.420 (31.12.2023 R\$ 914.550) com taxas indexadas a 100% do CDI (pós-fixada) e prazos de vencimento até 31.01.2025.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Composição de títulos e valores mobiliários:

Table with columns: 31.12.2024, 31.12.2023. Rows: Títulos do tesouro nacional - LFT, Títulos livres, Títulos do tesouro nacional - LFT, Títulos vinculados, Total Geral.

b) Classificação de Títulos e Valores Mobiliários por Categoria e Vencimento:

Table with columns: 31.12.2024, 31.12.2023. Rows: Títulos para negociação, Títulos do tesouro nacional - LFT.

(1) Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil.

(2) Valor de Custo: Representado pelo valor de custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

"Títulos para Negociação": o valor contábil corresponde ao valor de mercado desses títulos na data do balanço e foi obtido através de informações fornecidas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

c) Rendimentos de operações de títulos e valores mobiliários

Table with columns: 2024, 2023. Rows: Resultado com Títulos de Renda Fixa, Resultado com marcação a mercado, Total.

7. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

A carteira está representada pelas operações de leasing financeiro, demonstradas pelo valor presente dos contratos, cujo saldo totalizava R\$ 361.600 (31.12.2023 R\$ 528.789) na data do balanço. O Alfa realiza operações de captação através de "Letras de arrendamento mercantil", conforme nota explicativa nº 10. a) Composição das operações apresentadas nas diversas contas patrimoniais nos livros contábeis da Companhia:

Table with columns: 31.12.2024, 31.12.2023. Rows: Arrendamento financeiro exceto veículos automotores, Arrendamento financeiro de veículos automotores, Total.

b) Composição da carteira por faixas de vencimento:

Table with columns: 31.12.2024, 31.12.2023. Rows: Parcelas por faixas de vencimento, Total vencidas, Total da carteira.

c) Composição da carteira por setor de atividade:

Table with columns: 31.12.2024, 31.12.2023. Rows: Setores de Atividade - Privado, Indústria, Comércio, Instituições financeiras, Outros serviços, Pessoas físicas, Rural, Total da carteira.

d) Classificação da carteira por níveis de risco: A composição da carteira e a constituição da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito nos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecido na Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999, estão demonstrados a seguir:

Table with columns: 31.12.2024, 31.12.2023. Rows: Saldo da Carteira de Crédito, Provisão, Saldo da Carteira de Crédito, Provisão. Includes sub-table for Níveis de Risco (AA, A, B, C, D, E, F, G, H).

e) Movimentação das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Table with columns: 2024, 2023. Rows: Saldo inicial do período, Complemento líquido de reversão, Baixas líquidas dos valores recuperados, Saldo final do período.

O saldo da provisão atingiu o valor de R\$ 18.345 (31.12.2023 R\$ 4.994), correspondente a 5,07% (31.12.2023 0,94%) do total da carteira. A provisão constituída acima do mínimo requerido pela Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999, decorre de análises internas e individuais dos clientes e é considerada adequada para suportar eventuais perdas. Nos exercícios de 2024 e 2023 não ocorreram créditos baixados para prejuízo e ocorreram recuperações no montante de R\$ 177 (2023 R\$ 516). Em 31.12.2024, o saldo de renegociações era R\$ 5.489 (31.12.2023 R\$ 3.713). O saldo apresentado considera como renegociado qualquer acordo ou alteração nos prazos de vencimento, e nas condições de pagamento originalmente pactuadas, em operações de crédito e de arrendamento mercantil que tenham apresentado alguma deterioração nas condições de risco.

f) Resultado com operações de arrendamento mercantil

Table with columns: 2024, 2023. Rows: Rendas de arrendamento financeiro, Lucro na alienação de bens de arrendamento financeiro, Ajuste financeiro (superveniência de depreciação), Recuperação de créditos baixados como prejuízo, Prejuízo na alienação de bens arrendados, Outras despesas de arrendamento, Depreciação de bens arrendados, Total.

8. OUTROS ATIVOS

Table with columns: 31.12.2024, 31.12.2023. Rows: Depósitos antecipados, Tributos judiciais, Outros ativos, Total.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

Table with columns: 2024, 2023. Rows: Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social, Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) - Nota 3(h), (Inclusões) Excluídos Permanentes, Despesas indebitáveis líquidas de receitas não tributadas e outros, Imposto de Renda e Contribuição Social do período.

b) Ativos e passivos fiscais diferidos:

Table with columns: Saldo no início do período, Constituição, Realização/ Reversão, Saldo no final do período. Rows: Provisão para risco de crédito, Provisão para contingências, Outros, Total sobre diferenças temporárias, Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, Total em 31.12.2024, Total em 31.12.2023.

(2) Passivos:

Table with columns: Saldo no início do período, Constituição/ Reversão, Saldo no final do período. Rows: Superveniência de depreciação, Ajuste ao valor justo de instrumentos financeiros, Atualização de depósitos judiciais, Total em 31.12.2024, Total em 31.12.2023.

(3) Provisão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias e impostos diferidos:

Table with columns: Saldo no início do período, Constituição/ Reversão, Saldo no final do período. Rows: Provisão para impostos e tributos diferidos, Total em 31.12.2024, Total em 31.12.2023.

10. DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES

Table with columns: Até 90 dias, De 91 dias a 360 dias, De 361 dias a 1.080 dias, Acima de 1.080 dias, Total. Rows: Depósitos interfinanceiros, Recursos de letras de arrendamento, Total - Recursos Captados, % Concentração por Prazo.

Depósitos interfinanceiros: 14.992, Recursos de letras de arrendamento: 33.786, Total - Recursos Captados: 48.778, % Concentração por Prazo: 25,8%, 44,8%, 28,2%, 1,1%, 100,0%.

11. PASSIVOS CONTINGENTES

A Companhia, no curso normal de suas atividades, é parte em processos de natureza fiscal, previdenciária, trabalhista e cível. As respectivas provisões foram constituídas levando-se em conta a legislação em vigor, a opinião dos assessores legais, a natureza e complexidade dos processos, o posicionamento dos Tribunais, o histórico de perdas e outros critérios que permitam a sua estimativa da forma mais adequada possível. A Administração considera que as provisões existentes na data destas demonstrações são suficientes para fazer face aos riscos decorrentes destes processos. As provisões constituídas e respectivas variações no período estão demonstradas a seguir:

Table with columns: 2024, 2023. Rows: Saldo no início do período, Atualizações/encargos, Movimentação do período refletida no resultado, Constituição / (Reversão), Reversão por êxito, Pagamento, Saldo no final do período.

(1) Em 30 de junho de 2024, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 28.859 mil como provisão para riscos fiscais. A constituição ocorreu devido a mudanças nas circunstâncias usadas para mensurar as estimativas de perdas dos processos em andamento. A Companhia passou a agravar a opinião dada pelos seus assessores legais em relação a expectativa de perda dos referidos processos, seguindo as mesmas estimativas contábeis do Controlador, o Banco Safra S.A. O saldo atualizado das provisões fiscais e previdenciárias em 31.12.2024 era de R\$ 46.127. De acordo com o pronunciamento técnico CPC 23, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, recepcionados pelo BACEN por meio da Resolução 4.924/21 e Resolução BCB 120/21, quando ocorrem mudanças nas circunstâncias em que a estimativa contábil se baseou, alterando ativos e passivos, seus efeitos contábeis são reconhecidos no período da mudança, caracterizando-se, desta forma, como mudança na estimativa contábil. As principais ações referem-se a PerdoComp não homologada no montante de R\$ 25.434, ISS Contas e ISS Leasing, sendo R\$ 11.781 e R\$ 7.120 respectivamente. As demais provisões existentes amparam o risco decorrente das obrigações legais e das contingências fiscais consideradas como perda possível. Essas provisões encontram-se registradas na rubrica "provisão para passivos contingentes", e levam em conta as datas esperadas de pagamento.

(2) As contingências trabalhistas originam-se de ações judiciais movidas por ex-funcionários, terceirizados e entidades ou órgãos representativos que buscam obter indenizações referentes a pretensões trabalhistas. A provisão constituída encontra-se registrada no longo prazo na rubrica "provisão para passivos contingentes". As ações de natureza trabalhista para as quais foi constituída provisão são consideradas como risco de perda provável. Para determinação do valor de provisão necessário estas ações são avaliadas em seu conjunto, considerando histórico de pagamentos feitos pela Companhia. O valor dos passivos contingentes classificado como perda possível relativo a ações trabalhista, não reconhecidos, é de R\$ 96 em 31.12.2023. Em 31.12.2024 não há passivos contingentes trabalhistas classificados como perda possível. (3) As contingências cíveis são originadas basicamente por ações judiciais movidas por terceiros, pleiteando restituição de valores cobrados, revisionais de juros e/ou atualização e indenizações por danos materiais e/ou morais. A provisão constituída encontra-se registrada na rubrica "provisão para passivos contingentes" e leva em conta as datas esperadas de pagamentos. Para determinar o montante adequado de provisão a Administração considera análise individual ou para conjuntos de ações com risco de contingência e seu histórico de perdas, constituindo provisão para aquelas consideradas como perda provável. O valor dos passivos contingentes classificado como perda possível relativo a ações cíveis, não reconhecidos, é de R\$ 15.147 em 31.12.2023. Em 31.12.2024 não há passivos contingentes cíveis classificados como perda possível.

12. OUTROS PASSIVOS

Table with columns: 31.12.2024, 31.12.2023. Rows: Fiscais e previdenciárias, Provisões de despesas de pessoal e administrativa, Sociais e estatutárias, Outros, Total.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social: O Capital Social no valor de R\$ 185.014 está dividido em 20.485.056 de ações nominativas, sendo 12.291.033 de ações ordinárias e 8.194.023 de ações preferenciais, sem valor nominal. A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28.03.2024, aprovou o aumento do capital social de R\$ 178.300 para R\$ 185.014 sendo R\$ 6.714 mediante a capitalização de igual valor retirado da conta "reserva de lucros - reserva para aumento de capital", sem emissão de novas ações. (b) Dividendos: O Estatuto prevê dividendos mínimos de 25% do lucro líquido anual, ajustado conforme o disposto no art. 202 da Lei das Sociedades por Ações, cabendo às ações preferenciais, prioridade no recebimento de um dividendo anual de 6% a.a. sobre o valor nominal do capital correspondente a essas ações. O pagamento desses dividendos está vinculado à deliberação da Assembleia Geral. Para o exercício de 2023, foi aprovado a título de dividendos o valor de R\$ 6.491, correspondendo ao valor bruto de R\$ 179,93 e R\$ 522,24 por lote de mil ações ordinárias e preferenciais, respectivamente. (c) Reservas de Lucros

Table with columns: 31.12.2024, 31.12.2023. Rows: Reserva estatutária - para aumento de capital, Reserva estatutária - especial para dividendos, Reserva legal, Total.

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Sempre em concordância com os dispositivos legais vigentes e com as normas expedidas pelo Banco Central do Brasil, são efetuadas operações com empresas ligadas, conforme demonstramos a seguir:

Table with columns: 31.12.2024, 31.12.2023, 2024, 2023. Rows: Disponibilidades, Outras partes relacionadas, Aplicações (Captações) em depósitos interfinanceiros, Dividendos, Recursos de emissão de títulos, Outras transações, Remuneração do pessoal-chave da Administração.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração: Em Assembleia Geral anual dos acionistas é estabelecida a remuneração para a Diretoria. No exercício, o montante registrado foi de R\$ 1.119 (2023 R\$ 1.676) para a Diretoria. A Companhia não possui para o pessoal-chave da Administração, benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e de rescisão de contrato de trabalho.

15. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Outras receitas operacionais:

Table with columns: 2024, 2023. Rows: Variação monetária de tributos a compensar e depósitos judiciais, Reversão provisão para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis, Outras receitas, Total.

b) Despesas administrativas

Table with columns: 2024, 2023. Rows: Contribuições e associações, Serviço de terceiros, Processamento de dados, Aluguel, Depreciação / amortização, Outras despesas administrativas, Total.

c) Outras Despesas Operacionais:

Table with columns: 2024, 2023. Rows: Variação Monetária, Processos Operacionais, Outras, Total.

(1) Refere-se às operações cujo vencimento na data da aplicação era igual ou inferior a 90 dias. (2) Refere-se às operações cujo vencimento na data da aplicação era igual ou inferior a 90 dias. (3) Refere-se às operações cujo vencimento na data da aplicação era igual ou inferior a 90 dias.

16. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08, apresentado na demonstração dos fluxos de caixa está constituído por:

Table with columns: 2024, 2023. Rows: Saldo no início do período, Disponibilidades, Aplicações interfinanceiras de liquidez, No final do período, Disponibilidades, Aplicações interfinanceiras de liquidez, Variação em caixa e equivalentes de caixa.

(1) Refere-se às operações cujo vencimento na data da aplicação era igual ou inferior a 90 dias.

DIRETORIA

Table with names and titles: MARCOS LIMA MONTEIRO (Diretor Presidente), ALBERTO MONTEIRO DE QUEIROZ NETTO (ANDRÉ SOTNIK), CARLOS PELÁ (LEANDRO DE AZAMBUJA MICOTTI), ELIANE CAROLINA QUAGLIO ARJONAS (CRC ISP232846/O-2)

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

temos nada a relatar a esse respeito.

Outros assuntos: Auditoria das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. As demonstrações contábeis da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi auditada por outro auditor independente, que emitiu relatório do auditor em 8 de fevereiro de 2024, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações contábeis: A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Financeira ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Comunicamo-nos com os responsáveis pela Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de março de 2025

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes Ltda. CRC nº 2 SP 011609/O-8 Vanderlei Minoru Yamashita Contador CRC nº 1 SP 201506/O-5

